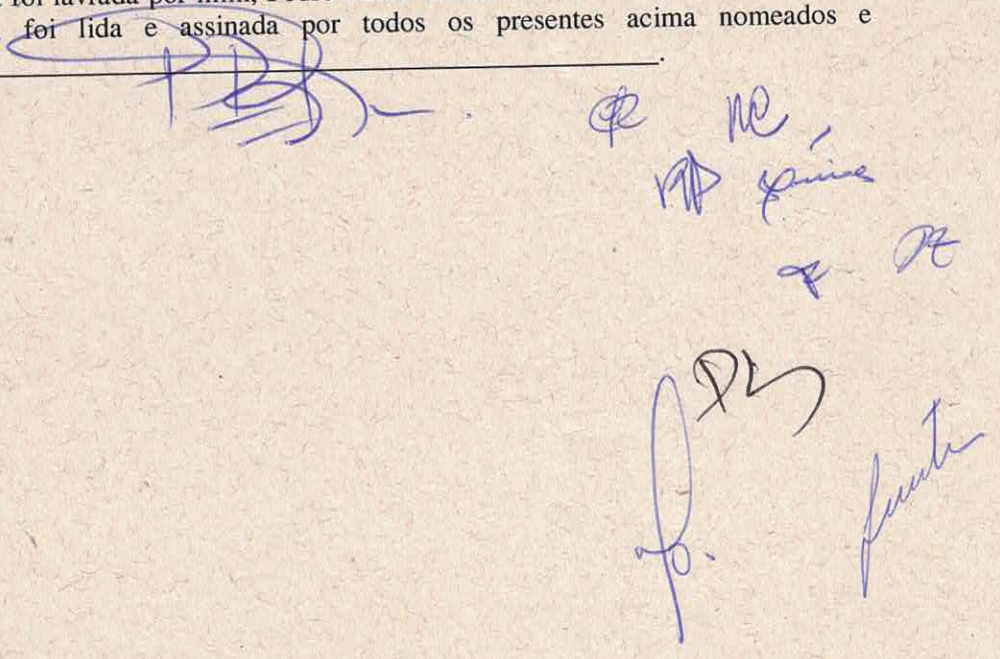


1 No segundo dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às dez horas e três minutos, na
2 sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal
3 Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito
4 Federal, iniciou-se a Décima Terceira Plenária do Décimo Sétimo Plenário do Conselho
5 Federal de Psicologia. Nessa ocasião, estavam presentes entre conselheiros e convidados:
6 Norma Celiane Cosmo, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Célia Zenaide da Silva, Clarissa
7 Paranhos Guedes, Cleia Oliveira Cunha, Daniela Sacramento Zanini, Fabian Javier Marin
8 Rueda, Jureuda Duarte Guerra, Júnia Maria Campos Lara, Maria Márcia Badaró Bandeira,
9 Marisa Helena Alves, Paulo Roberto Martins Maldos, Regina Lúcia Sucupira Pedroza,
10 Sandra Elena Sposito. Norma Cosmo deu início à Sessão Plenária saudando a todos, e o
11 plenário reiniciou a discussão dos últimos pontos da Assembleia de Políticas Administrativo
12 Financeiras (APAF). **25. Revalidação ou adaptação de testes e/ou instrumentos**
13 **psicológicos para utilização de psicólogos e estudantes de psicologia com deficiência**
14 **sensorial (audição e visão).** Fábian Rueda comentou que muitas propostas dos CRPs não
15 são viáveis comercialmente para as editoras, pois, além da questão dos custos para
16 impressão de testes e instrumentos destinado a deficientes, é preciso levar em conta a
17 validação deles para o público a que se dirige. É preciso, contudo, acolher a demanda dos
18 CRPs, tendo em vista não ser possível usar o argumento de que o custo de materiais para
19 deficientes é muito alto para as editoras. O CFP deve procurar viabilizar o acesso a todos.
20 **26. Estratégias de fiscalização referentes a denúncias de testes divulgados na Internet.**
21 A CCAP produzirá minuta de normatização sobre os procedimentos a serem tomados no
22 caso de denúncias de testes divulgados na Internet, diferenciando o que cabe ao CFP e ao
23 CRP. No encontro de Quinze anos do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos
24 (SATEPSI), foram planejadas duas reuniões para discutir essa minuta diretamente com os
25 CRPs. Posto que a APAF deva considerar a gravidade desse tipo de denúncia, a CCAP e a
26 GJUR têm, ainda, de aperfeiçoar a minuta antes de enviá-la aos CRPs. Por isso, pretende-se
27 apresentar a minuta na APAF de dois mil e dezoito. A diretoria lembrou o plenário de que
28 não são dados informes durante a APAF, mas na reunião de presidentes e tesoureiros que
29 antecede a assembleia. Questionou-se, assim, se havia algo a ser informado nessas reuniões.
30 **27. Sugestões de informes para reunião de Presidentes.** Dar-se-ão os seguintes informes
31 na reunião de presidentes do dia quinze de dezembro deste ano: Quinze anos do SATEPSI,
32 Diretrizes Curriculares Nacionais, V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão
33 (CBP), VII Congresso da Associação Latinoamericana para Formação e Ensino em
34 Psicologia (ALFEPSI), Implantação da Mediação no Sistema Conselhos de Psicologia,
35 Representações Regionais e Federal nos Conselhos de Direitos e Participação Social,
36 Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, Resolução do CFP nº 01/1999 e
37 Desdobramentos, Resoluções Propostas para APAF, Implantação do SEI e Seminários
38 Regionais do CREPOP. **28. Sugestões de informes para reunião de tesoureiros.** Dar-se-ão
39 os seguintes informes na reunião de tesoureiros do dia quinze de dezembro deste ano: GT de
40 Assuntos Financeiros, GT de Elaboração de Projetos de Apoio a Publicações dos CRPs,
41 Orçamento do CFP, Reunião com o Banco do Brasil, Cobrança de 2018, Oficina da
42 Gerência Administrativa e Financeira e Oficina da GJUR. Foi solicitado que, depois dessas
43 reuniões, os materiais de subsídios produzidos para os informes, assim como o registro da
44 reunião sejam remetidos aos CRPs com maior brevidade possível, a fim de que, já na
45 plenária de janeiro de dois mil e dezoito, os encaminhamentos sejam debatidos em nível
46 regional. Além disso, apresentações de *powerpoint* deverão estar prontas para essas duas
47 reuniões. Finalizados os pontos de discussão preparatórias para APAF, os presentes
48 passaram a discutir os pontos de plenária. **29. Proposta Orçamentária dos CRPs - 2018.**
49 **29.1. CRP-01:** fez-se proposta de empréstimo a fim de possibilitar plano de demissão

50 voluntária nesse CRP. Tendo em vista que eles reduziram de um milhão e meio para
51 setecentos mil reais, é possível colocar esse valor dentro do orçamento do CFP. Assim, o
52 plenário aprovou a proposta orçamentária do CRP-01. **29.2. CRP-22:** O CFP não aprovava
53 anteriormente a proposta inicial desse CRP por eles terem feito planejamento orçamentário
54 já considerando dinheiro ainda não emprestado. Depois de feitas as alterações sugeridas pelo
55 CFP, o CRP encaminhou nova proposta. o plenário aprovou a proposta orçamentária do
56 CRP-22. Propostas orçamentárias ainda pendentes dos CRPs serão deliberadas na reunião
57 plenária de janeiro de dois mil e dezoito. **30. Apreciação de empréstimo ao CRP-16 e**
58 **remanejamento orçamentário.** Esse CRP solicitou, ao CFP, empréstimo de quinhentos mil
59 reais. Norma Cosmo leu justificativa e falou sobre o processo judicial, já em fase de
60 execução. Trata-se de demissão de funcionário concursado sem processo administrativo
61 disciplinar. A GJUR deverá estar presente na reunião de presidentes que antecederá a
62 próxima APAF a fim de conversar sobre demissões ilícitas. Foi esclarecido ao plenário que a
63 maior parte dos CRPs não goza de assessoria jurídica própria, mas tem apenas contratos com
64 firmas de advocacia. É importante promover uma oficina com os CRPs para falar de
65 recorrentes problemas com assessorias jurídicas. Recorrentemente tem acontecido a
66 chamada “encampação jurídica” por parte dos CRPs: estes solicitam posicionamentos do
67 CFP sobre problemas jurídicos que, quando usados na esfera judicial, acabam por
68 comprometer também o CFP. Será salutar, assim, trabalhar na perspectiva da própria
69 emancipação dos CRPs e escapar da ideia de doutrinação. Tendo em vista o CFP ser dotado
70 de reserva de contingência, o plenário aprovou tanto a solicitação de empréstimo do CRP-16
71 como o remanejamento na conta destinada à reserva de contingência para a conta
72 “Empréstimos para despesas de custeio”. **31. Campanha de Combate ao Preconceito**
73 **contra o usuário do SUAS.** Célia Zenaide apresentou um vídeo para falar do preconceitos
74 que usuários do SUAS sofrem. Esse material mostra o depoimento de vários deles e deverá
75 ser lançado por ocasião da XI Conferência Nacional de Assistência Social, ainda neste ano.
76 Depois, o material deverá também ser divulgado nas mídias do CFP. Célia Zenaide
77 aproveitou para falar do modo como os eventos promovidos no Sistema Conselhos devem
78 ter acessibilidade garantida a deficientes. Relatou a situação ocorrida em recente reunião da
79 CONPAS, em que um conselheiro regional do Rio Grande do Norte, deficiente visual há
80 menos de um ano, teve dificuldades para fazer atividades simples, como assinar a lista de
81 presença. Seria importante promover um modo de garantir acesso a todos, de modo que o
82 material produzido pelo CFP, como o vídeo que será lançado em breve, tenham tradução em
83 libras. Expressou preocupação com comentários feito pelo conselheiro regional Leovane
84 Gregório sobre o movimento negro, em que ele teria cobrado psicólogos negros de ocupar
85 determinados espaços. O plenário pediu para que esse conselheiro seja convidado para
86 participar de reunião no CFP no próximo dia quatorze de dezembro de dois mil e quatorze,
87 juntamente com Sandra Sposito, Paulo Maldos, Celia Zenaide e Norma Celiane para
88 buscarem uma mediação em relação à fala reportada. Além disso, estabeleceu-se a
89 necessidade de envio de relatórios de reuniões que Leovane Gregório participa na qualidade
90 de representante do CFP no âmbito no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
91 Célia Zenaide e Andrea Esmeraldo deverão acompanhá-lo nessas reuniões e já iniciar
92 articulações para a nova candidatura do CFP no CNAS. Além disso, o custeio de ajuda de
93 custo para o senhor Leovane Gregório se dará exclusivamente para reuniões ordinárias do
94 pleno do CNAS. **32. Encontro de Bauru.** Recente reunião para tratar da organização do
95 evento foi menos tensa do que se esperava. Pretende-se que o Encontro de Bauru expresse a
96 diversidade que existe dentro dos movimentos de luta antimanicomial. Solicitou-se aos
97 conselheiros que, durante todo o encontro, esteja juntos, usando camisetas do evento. **33.**
98 **Convite CRP-12: Audiência Pública sobre Prestação da Jurisdição em Processos**

99 **Relativos à Saúde.** O evento será na segunda-feira, dia onze de dezembro deste ano em
100 Florianópolis. É preciso verificar se a conselheira Ana Nóbrega ou Rosane Granzotto
101 poderão ir para à audiência. **34. PLS 513/2013 (PL 9054-2017) - Altera a Lei de Execução**
102 **Penal e Outras Relacionadas.** Márcia Badaró, que recentemente esteve na Câmara dos
103 Deputados, comentou que o Senado Federal remeteu em sete de novembro deste ano, o
104 Projeto de Lei 513/2013 à Câmara dos Deputados para revisão. Dentre outras providências,
105 o projeto altera a Lei de Execução Penal (LEP) e aborda questões referentes ao exercício
106 profissional de psicólogos, como o artigo sétimo, que fala explicitamente de psicólogos, mas
107 a faz a ressalva “quando houver”. Nesse mesmo dia, houve requerimento de urgência para
108 votação do projeto no plenário. Há outros projetos apensados ao PL. O CFP pediu a retirada
109 do termo do texto “quando houver”. Se o projeto for mantido ele retirará o termo exame
110 criminológico e passará a ser exame psicossocial. O plenário acordou em retirar a questão do
111 exame criminológico e considerou propor que, ao invés de o texto falar de avaliação
112 psicossocial, patenteie a necessidade de avaliação psicológica e relatório social, que são
113 termos específicos e regulamentados pela Psicologia e Serviço Social. **35. Comissão do**
114 **CFP sobre o tema Psicologia na gestão do risco: emergências e desastres.** O plenário
115 indicou o nome de Aldo Zaiden e Tales Ab’Saber para integrarem essa comissão. **36.**
116 **Proposta de Diálogo com a (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e**
117 **Transexuais) ABGLT sobre a Campanha em Defesa da Resolução do CFP nº 001/1999.**
118 A ABGLT pediu para participar da Campanha em Defesa da Resolução do CFP nº 001/1999
119 promovida pelo CFP. O CFP deverá solicitar formalmente uma reunião com a associação
120 para ver quais serão as propostas. **37. PL 5592/16 (Atendimento Educacional**
121 **Especializado a Crianças).** O CRP-06 encaminhou ao CFP, em oito de agosto deste ano,
122 ofício no qual manifesta-se contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 5592/2016, que
123 institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a crianças de zero a
124 três anos. Foi informado que, em breve, o CFP terá assessoria parlamentar, o que facilitará o
125 acompanhamento desse PL. Além disso, as conselheiras Regina Pedroza e Norma Cosmo
126 foram designadas para acompanhar o tema. O plenário também pediu articulação com a
127 Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) para tratar do
128 projeto. **38. Informe sobre Fórum Interconselhos - 2017.** Iolete Ribeiro recentemente
129 participou, representando o CONANDA, do Fórum Interconselhos, em que foram
130 discutidas estratégias para o mapeamento e o monitoramento da execução do Plano
131 Plurianual (PPA) 2016-2019 dos Conselhos de Direitos. Além disso, foram apresentados os
132 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e como eles se relacionam com
133 o PPA. Em relação aos Conselhos de Direitos, cada um escolherá 5 metas que possuem
134 relação com os ODS para monitoramento prioritário junto à Secretaria de Governo da
135 Presidência da República. Será necessário averiguar se os recursos do PPA são usados para
136 as metas dos conselhos de direito e mobilizar de outros conselhos profissionais em torno dos
137 ODS. O plenário decidiu continuar a discussão com a presença de Iolete Ribeiro. **39.**
138 **Julgamento de Processos Administrativos. Processo do SEI 576600003.000033/2017-57.**
139 O ponto não foi discutido, tendo em vista não haver relatório conclusivo nem voto. **Processo**
140 **do SEI 576600003.000035/2017-46.** O relatório e o voto foram lidos ao plenário. No
141 relatório conclusivo, no último subitem do terceiro parágrafo, o termo “homossexualismo”
142 por “homossexualidade” deverá ser substituído. Os presentes aprovaram o voto do relator. **DS**
143 **40. Opinião de psicoterapeuta sobre adolescente que matou colegas em escola.** O **z**
144 plenário tomou conhecimento do texto e das denúncias feitas a ele. Considerou-se a melhor
145 estratégia responder informando o papel do Conselho Federal de Psicologia. Como o
146 denunciado não é psicólogo, não cabe fiscalização por parte do conselho. A resposta deverá
147 ser individual, simples, indicando que o posicionamento de Jordan Campos não reflete a

148 opinião do CFP. A minuta de resposta deverá ser avaliada pela coordenação geral. 41.
149 **Laudo para Barriga Solidária.** Foi lida minuta proposta pela Gerência Técnica para
150 responder o Conselho Federal de Medicina. A proposta foi aprovada pela maioria dos
151 presentes. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Secretário-Geral
152 do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
153 referenciados _____.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the line and several smaller ones to the right.